

# ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA: INCONSTITUCIONAL, IDEOLÓGICA E INCOERENTE

*“O que me preocupa não é o grito dos maus. É o silêncio dos bons” ( Martin Luther King)*



\*Marco Antonio  
Felício da Silva

**R**elendo entrevista de um dos responsáveis pela recentemente lançada Estratégia Nacional de Defesa (END), publicada em veículo de comunicação do Exército, e após estudar o conteúdo desta última, lendo linhas e entrelinhas, pode-se pintar um retrato de uma elite, que se aposou do governo deste País e que vem usando de todos os meios, os mais condenáveis, inclusive os maquiados e falsas promessas, para desprestigiar, desmoralizar e enfraquecer as FA (Forças Armadas), e principalmente afastá-las, cada vez mais, da cúpula governamental, minimizando o seu poder de influência quanto aos destinos da Nação. Embora, constitucionalmente, o Presidente da República seja o Comandante Supremo das FA e as mesmas sejam somente empregadas mediante solicitação de um dos poderes constituídos, após devidamente autorizadas pelo Comandante Supremo, a END estabelece que o MD passe a exercer, na plenitude, todos os poderes de direção das FA, tendo em vista a subordinação das mesmas ao poder político constitucional e a garantia da integridade da Nação (página 5, item 7). Sem dúvida, além de

inconstitucional, esta é uma ofensa às FA, perpetrada pelos responsáveis pela elaboração da END. Primeiro, fingem desconhecer que tal subordinação, ao Presidente da República, já existe e, segundo, desconhecem a História do Brasil, na qual se torna extremamente relevante a ação das FA, no Império e na República, ainda nos dias atuais, na manutenção da unidade nacional e da integridade do País. As FA jamais colocaram em risco “a integridade da Nação”. Há que enfatizar que o poder civil está completamente desmoralizado perante a Nação, já que desta apenas se locupleta, visando interesses pessoais ou de grupos, com raras exceções. A sucessão de escândalos no Executivo, no Congresso e no Judiciário, caracterizados pela impunidade aliada ao espírito corporativista, permeia seguidos governos. A criação do MD e sua entrega a civis nada acrescentou às FA, senão problemas e a transformação do MD em moeda de troca política. Não deixa de ser sintomático que o povo, em todas as pesquisas de opinião, eleja as FA como a instituição mais confiável do País. Na entrevista acima citada, Mangabeira Unger, que tudo fez para se tornar ministro de Lula, após taxá-lo publicamente de chefe do governo mais corrupto da nossa História e pedir o seu impedimento, afirma que o atual estado em que se encontram as FA, de completo sucateamento, por falta de recursos financeiros, materiais e humanos, e de afastamento do centro das decisões nacionais, é fruto da desconfiança da esquerda para com elas, esquerda que vem governando o País nas duas últimas décadas. Procura, o Sr. Mangabeira Unger, insinuar que as FA não foram dignas da confiança da Nação, escondendo que, esta mesma esquerda, por não ter conseguido transformar o Brasil numa grande Cuba, ainda hoje impulsionada por um viés ideológico anacrônico, irrespon-

savelmente, coloca a revanche e o ressentimento acima dos interesses e da segurança nacionais. E o que é pior, não tem um projeto de Nação. E essa componente ideológica, de natureza política, está presente na END, como mostramos acima. A END além de ser inconstitucional e apresentar viés ideológico é também demagógica e incoerente. O que ela tem de aproveitável em sua maior parte é o que foi apropriado dos militares por falta de capacitação de seus elaboradores na arte militar, embora apresentado como inovação. É o que as FA vem tentando implementar ao longo do tempo. Sem sucesso, é verdade, em face da planejada míngua de recursos orçamentários, embora as promessas de orçamentos compatíveis com recursos para reequipamento e modernização, o que jamais se concretizou.

É demagógica quando remete à sociedade o que deve ser decisão de especialistas de mais alto nível, de acordo com os interesses, aspirações, e objetivos nacionais, constantes de uma Política Nacional e da Constituição, decisões que ditarão o destino das FA com conseqüências sobre a segurança externa e interna do País. É demagógica e aviltante quando, à página 2, item 3, afirma que “Disposição para mudar é o que a Nação está a exigir agora de seus marinheiros, soldados e aviadores. Não se trata apenas de financiar e equipar as FA. Trata-se de transformá-las, para melhor defenderem o Brasil.” Eu diria que a Nação está a exigir é honestidade, trabalho e patriotismo da maioria de seus desmoralizados governantes e políticos, não de seus

Serviço Militar Obrigatório, afirma que “um número cada vez maior de candidatos às escolas militares provenham da classe trabalhadora.” À página 29, item 3, afirma, também, que os recrutas serão escolhidos de forma a que se representem “todas as classes sociais e regiões do País.” Não serão todos os brasileiros, independentemente da natureza da sua ocupação, também trabalhadores ou

estamos tratando de burgueses e proletários, classe dominante e classe dominada? Assim, é incoerente quando à página 3, ao tratar da natureza e âmbito da END, afirma que “o Serviço Militar Obrigatório deve, pois, funcionar como espaço republicano, no qual a nação possa encontrar-se acima das classes sociais.” É mister enfatizar que as

FA sempre recrutaram seus futuros soldados, graduados e oficiais sem levar em conta qualquer viés ideológico, sem privilegiar cor ou situação financeira, mas sim a aptidão física e moral, a vocação, o mérito e a capacidade intelectual. Ainda, à página 29, item 3, assevera a END que os recrutas deverão ser escolhidos por um primeiro critério que será “a combinação do vigor físico com a capacidade analítica, medida independentemente do nível de informação ou de formação cultural de que goze o recruta.” Parece-me incoerência que a capacidade analítica de alguém não seja influenciada pelo nível de informação ou de formação cultural que a mesma tenha. Infantil e incoerente citar, por diversas vezes, num documento que merece seriedade e que trata de ameaças à Nação e da possibilidade do

político-estratégico do Brasil cresceu, levando a choques de interesses com outros atores internacionais. Num mundo em permanente conflito onde os mais fortes, econômica e militarmente, não abrem mão de seu poder, segundo uma realidade política, defendendo e impondo seus interesses, não é o pacifismo que irá proteger, da cobiça dos mais fortes e necessários, nossas grandes reservas de petróleo, a diversidade biológica e mineral da Amazônia e suas outras riquezas, nossas imensas reservas de água potável, nossas férteis terras e rebanhos animais, nossas reservas de tório, urânio e nióbio, etc.... Dos “BRICS”, por crime de lesa Pátria dos Srs. Collor e FHC, com a conivência da diplomacia pacifista e o silêncio de outros, somos o único País que abriu mão de poder, renunciando à possibilidade de ter armas atômicas. Tornamo-nos reféns, em caso de conflito, dos países com FA nuclearizadas.

É surpreendente saber que a END não tem uma peça orçamentária respectiva. Espantosa, após a publicação da END, a declaração do advogado Jobim de que o “Brasil precisa decidir se quer e se pode financiar a defesa Nacional.” Como se planeja algo se não se sabe a quantidade de recursos disponíveis, mesmo que escalonados ao longo dos anos? Aliás, a redução do efetivo a recrutar neste ano e recursos escassos bem demonstram a vontade do governo em investir nas FA. A licitação dos caças da FAB se arrasta por vários anos; os parcos investimentos no submarino atômico e no programa espacial retardam de muito a conquista dos objetivos, estabelecidos há anos. A END prevê ações estratégicas de médio e longo prazos. Qual a razão da inexistência de objetivos de curto prazo para consolidar a implantação e implementação do reequipamento e modernização das FA? Entretanto, o advogado Jobim, sequioso de poder e de presença na mídia, talvez com intenções de se promover politicamente, já negocia no Congresso, segundo o noticiário, a alteração da lei 97/99 que dispõe sob as normas gerais para organização, preparo e emprego das FA, o que inclui as modificações no MD, afastando, ainda mais, os respectivos comandantes das Forças do núcleo das decisões de governo. É interessante lembrar que o Sr. Jobim é temporário e sem arraigados compromissos com a Instituição. Os Chefes militares são profissionais e permanentes e serão os responsáveis, em qualquer tempo, perante a Nação em face do seu chamado e pelas vidas de seus homens em ação.

É inacreditável, como afirmou o Comandante da Marinha, contrapondo-se a alguns generais do Exército, que militares tenham participado intensamente da elaboração desta END. Se for verdade, já passou da hora de somente nos preocuparmos!

\*General da Reserva  
Cientista político  
E-mail: marcofelicio@acessa.com

**A END estabelece que o MD passe a exercer, na plenitude, todos os poderes de direção das FA, tendo em vista a subordinação das mesmas ao poder político constitucional e a garantia da integridade da Nação (página 5, item 7). Sem dúvida, além de inconstitucional, esta é uma ofensa às FA, perpetrada pelos responsáveis pela elaboração da END. Primeiro, fingem desconhecer que tal subordinação, ao Presidente da República, já existe.**



Foto: Internet

**Jobim, Lula e Mangabeira - O trio sinistro da END - é o fim!!!**

militares, que sempre cumpriram, e cumprem, o seu compromisso com a Nação, atendendo ao seu chamamento nas horas difíceis, como em 31 de março de 1964, e o seu dever nas regiões mais inóspitas e recônditas do País com o reconhecimento e a admiração do seus compatriotas. A END é demagógica e transbordante de viés ideológico quando, utilizando-se de linguagem marxista, ao referir-se ao

uso da guerra, a índole pacífica do povo brasileiro, quando a violência e a criminalidade, com elevado número de assassinatos, superior aos ocorridos no Iraque conflagrado, ocorrem diariamente por todo o País e, principalmente, nos grandes e médios centros. Os tempos mudaram e já não é mais possível o Itamaraty proteger o País por meio de retóricas que têm o pacifismo como base. O perfil